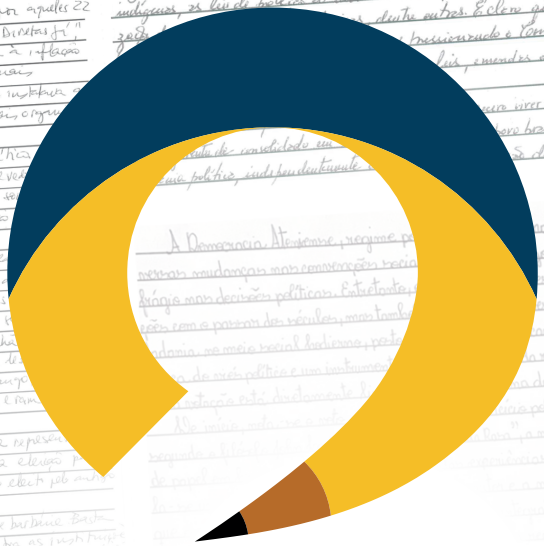
Tribunal Superior Eleitoral



I Concurso Nacional de Redação da Justiça Eleitoral

90 anos da Justiça Eleitoral: Cidadania em memória e em esperança

Brasília
TSE
2023

© 2023 Tribunal Superior Eleitoral
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
Brasília/DF – 70095-901
Telefone: (61) 3030-9225
Secretário-Geral da Presidência
José Levi Mello do Amaral Júnior
Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal
Rogério Augusto Viana Galloro
Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento
Cleber Schumann
Coordenador de Editoração e Publicações
Washington Luiz de Oliveira

Equipe responsável pelo conteúdo
Camila Lopes, Edilan Kelma e Harrison da Rocha (EJE/TSE)

Produção editorial e diagramação
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Capa e projeto gráfico
Pedro Henrique Silva e Rauf Soares
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Revisão
Elisa Silveira, Harrison da Rocha e Paula Lins
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

Conferência de editoração
Harrison da Rocha
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

Impressão e acabamento
Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGIC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.
1. Concurso Nacional de Redação da Justiça Eleitoral [recurso eletrônico] : 90 anos da Justiça Eleitoral : cidadania em memória e em esperança / Tribunal Superior Eleitoral. – Dados eletrônicos (51 páginas). – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2023.

"Equipe responsável pelo conteúdo: Camila Lopes, Edilan Kelma e Harrison da Rocha (EJE/TSE)". Verso p. rosto.
Disponível, também, em formato impresso.
Versão eletrônica (PDF).
Modo de acesso: Internet.
<https://www.www.tse.jus.br/o-tse/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes >

1. Justiça Eleitoral - Redação. 2. Concurso - Redação. 3. Poder Judiciário. I. Título.

CDD 342.07
CDU 342.8

Bibliotecária: Lígia Cavalcante Ponte – CRB-1/824

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE
Ministro Alexandre de Moraes

VICE-PRESIDENTE
Ministra Cármen Lúcia

MINISTROS
Ministro Nunes Marques
Ministro Benedito Gonçalves
Ministro Raul Araújo
Ministro Floriano de Azevedo Marques
Ministro Ramos Tavares

PROCURADORA-GERAL ELEITORAL
Elizeta de Paiva Ramos

VICE-PROCURADOR-GERAL ELEITORAL
Paulo Gonet Branco

Sumário

Prefácio 5

Apresentação 8

Breve História da Justiça Eleitoral 12

Processo Avaliativo 15

Produções Textuais 21

Categoria Adolescentes: "Meu Voto, a Democracia, o Futuro do Brasil" 22

A voz do povo 23

O poder de mudança social da juventude aliada à política 25

Voto consciente, democracia fortalecida 27

Sufrágio: a voz do século XXI 28

Dos porões da Ditadura aos ares da liberdade 30

Jovem: o mecanismo da mudança pelo voto 32

A conquista do voto e a construção da sociedade do futuro 34

O engajamento político juvenil: causa e consequência 35

Voto: garantia da soberania cidadã 37

Categoria Idosos: "O Voto, a Democracia e a Minha Trajetória" 39

Caixas de sonhos e de cidadania 40

Meu voto tardio 42

O voto e a cidadania política 43

Geração Ditadura nunca mais 45

Concurso em Números 47

Referências 49

Prefácio

Esta publicação é fruto do projeto do I Concurso de Redação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cujo tema foi "90 anos da Justiça Eleitoral: cidadania em memória e em esperança", em comemoração aos quase 100 anos da Justiça Eleitoral. O certame, resultado de uma das ações do Grupo de Trabalho – GT 90 anos e da organização da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), teve como objetivo mais geral ampliar a aproximação desta Justiça com a sociedade. A obra pretende mostrar, dentre outras finalidades, a importância do evento para a educação, para a cidadania e para democracia.

Dado o contexto de celebração, encontramos uma oportunidade para contemplar dois grupos importantes: pessoas idosas, que fizeram parte da história da democracia e que representam 20% do eleitorado no país, e jovens estudantes do ensino médio, técnico e tecnológico – jovens eleitores(as) –, já contemplados(as) no programa Eleitor do Futuro. A obra reúne os melhores textos nos dois gêneros textuais – dissertativo-argumentativo e memória – escritos, respectivamente, por adolescentes e por pessoas da terceira idade.

Ao embarcar nas escritas que permeiam este livro, convidamos os leitores e as leitoras a fazer uma viagem pelas trilhas sinuosas da democracia. Ao retornarmos à "Estação da Memória", somos levados pelas passageiras e pelos passageiros por rotas desafiadoras com as quais a democracia foi construída. A "Estação da Esperança", com as passageiras e os passageiros do presente, mostra uma democracia participativa que pulsa resistente e que se revela, nesta obra, entremeada por memórias e esperanças, construída e, agora, (re)construída com todas as pessoas, por todas as pessoas e para todas as pessoas.

Este livro representa o ápice de um projeto desafiador proposto em uma conjuntura ainda mais desafiadora: as eleições de 2022, momento em que o país experienciou, de forma devastadora, os efeitos da pandemia da Covid-19. Fomos chamados a reconfigurar os nossos modos de existência. Nesse contexto, que tanto nos ensinou e que tem muito a nos dizer, é que nasce o I Concurso de Redação da Justiça Eleitoral.

Esta iniciativa pode inspirar, dentro do eixo cidadania, novas estratégias de aproximação do Tribunal com a sociedade por meio de projetos e parcerias, a ocorrerem com outros órgãos, escolas, instituições voltadas para jovens, idosas e idosos, dentre outras. A ideia é alcançar a maior diversidade de segmentos sociais que formam este país continental e fortalecer a democracia.

Esta obra contempla, ainda, uma função muito importante para a Justiça Eleitoral. Ao participarem de um concurso como este, as candidatas e os candidatos são levados(as) a refletir sobre as verdades vividas (memórias) e a buscar informações confiáveis nas fontes institucionais sobre o processo eleitoral democrático brasileiro. É sabido que é por meio de práticas educativas – como um concurso de redação – que se podem alterar percepções, maneiras de pensar e, portanto, de agir.

Esta publicação se configura como incentivo à reflexão e ao debate sobre a importância da participação livre, efetiva e consciente da sociedade no processo eleitoral brasileiro, motivando jovens ao alistamento eleitoral, ao exercício do voto e ao engajamento nas eleições brasileiras, bem como à propagação de informações verdadeiras, conforme objetivo geral inscrito na criação do projeto.

O TSE registra, com as produções das candidatas e dos candidatos, a voz da cidadania – da juventude à terceira idade –, com o passado e o presente, em uma memória viva que acende e mantém a esperança para democracia.

Apresentação

A Justiça Eleitoral foi instituída com o primeiro Código Eleitoral (Decreto nº 21.076) no dia 24 de fevereiro de 1932, com a missão de conduzir e de legitimar o processo eleitoral, dentre outras atribuições. Desde sua implantação, sua atuação tem sido decisiva para a consolidação da democracia, culminando com a promulgação da Carta Magna de 1988 em que se consolidou a soberania popular por meio do sufrágio universal.

Em fevereiro de 2022, quase um século depois, comemorou-se o aniversário dos 90 anos de criação da Justiça Eleitoral. Na esteira das comemorações, está o I Concurso Nacional de Redação da Justiça Eleitoral, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio de sua Escola Judiciária Eleitoral (EJE), do Grupo de Trabalho "90 Anos da Justiça Eleitoral" (GT 90 Anos JE) e da Comissão Organizadora do certame, cujo objetivo principal foi aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade, em especial dos segmentos jovem e idoso, a fim de ampliar a participação e o engajamento desses dois grupos no processo eleitoral.

Por meio da prática da escrita de gêneros textuais – relato de memória para o grupo de terceira idade, bem como texto expositivo-argumentativo para o grupo de adolescentes –, almejou-se fomentar, também, a reflexão sobre as ações desenvolvidas pela Justiça Eleitoral.

Esta publicação é o resultado do trabalho exitoso do TSE, da EJE e das equipes envolvidas no exame, que tiveram como objetivo a transparência, pelo Princípio da Publicidade, das ações do TSE. Objetivaram também fins educativos, pois a participação de jovens no concurso é também uma forma de se interessarem por política e, por meio do voto, serem potenciais transformadores da sociedade. O relato das idosas e dos idosos também teve finalidade pedagógica, uma vez que, na narrativa de suas experiências, retrataram a história da própria Justiça Eleitoral e ensinaram a juventude, futuras e futuros eleitores(as), sobre cidadania, liberdade do voto e democracia. Os capítulos desta obra estarão assim organizados:

A seção *Breve História da Justiça Eleitoral* traz a criação, com a promulgação do Decreto nº 21.076/1932, do primeiro Código Eleitoral e, por consequência, da Justiça Eleitoral e de sua organização, cuja missão era – e é – cuidar de todas as fases do processo eleitoral. Conta-nos também sobre os períodos de extinção desta Justiça Especializada, em 1937, como consequência do golpe do Estado Novo, e seu ressurgimento com o fim da "Era Vargas" em que os Tribunais Eleitorais foram reinstalados em 1945. Como avanços da criação desta Justiça está a instituição do voto feminino, do voto secreto e da possibilidade de utilização de máquinas de votar (urnas eletrônicas).

Em *Processo Avaliativo*, serão enumerados os critérios com os quais as candidatas e os candidatos foram avaliados(as): orientações gerais sobre os cuidados com a prova e possíveis causas de anulação; o nível linguístico (ortografia, acentuação, morfossintaxe e seleção vocabular) com o qual se avaliam as habilidades do uso adequado dos componentes da língua em contexto formal; e a análise macrotextual (conteúdo) em duas fases – análise da pertinência das informações sobre os temas; e, por último, a reanálise do conteúdo por conhecedores da matéria de cunho eleitoral.

No capítulo *Produções Textuais*, serão apresentados e comentados os textos dos(as) três primeiros(as) colocados(as) das Categorias Jovem e Idoso. Em seguida, serão apenas divulgadas algumas das produções dos(as) outros(as) participantes com desempenho muito bom. Para os(as) adolescentes o tema foi "Meu Voto, a Democracia, o Futuro do Brasil"; para as idosas e para os idosos, "O Voto, a Democracia e a Minha Trajetória".

Na Categoria *Adolescente*, temos o primeiro lugar para Geovana Rodrigues Almeida. A autora defende que a população deve usufruir do direito pleno de votar, tendo uma postura política engendrada por meio da análise e da reflexão crítica, e instiga os(as) jovens a também fazerem parte desse processo com responsabilidade e consciência. A segunda colocada é Brenda Basso. Ela assevera que não há de se questionar a importância da participação dos(as) jovens para o futuro do Brasil. Para isso, aposta nos meios de comunicação, por meio de produções engajadas, e nos órgãos de educação, com palestras e debates, em ambientes escolares, destacando a importância da participação política, a fim de termos cidadãs e cidadãos conscientes e dispostos(as) a combater a desinformação e o conformismo. A terceira colocada, Samua M. Holanda, afirma que o futuro do país está em nossas mãos, por isso devemos votar conscientemente, sabendo da responsabilidade como cidadãs e como cidadãos ao elegermos quem vai governar o país.

Na Categoria *Idoso*, o primeiro lugar foi de Gregorio Augusto dos Santos Filho, que narra seu primeiro contato, aos cinco anos de idade, com um "objeto desconhecido", uma urna de votação, em época de eleição. Um idoso esclareceu-lhe o que era o objeto e deu-lhe uma aula de cidadania sobre a importância de votar. Maria Ede Catani Antunes, segundo lugar, nos fala de sua relação lenta e tardia com o voto (aos 45 anos), tendo nascido em plena Ditadura Militar. Ela sempre quis votar de forma direta para presidente, participou do movimento "Diretas Já", na década de 1980, e viu a vitória da democracia com a promulgação da Constituição de 1988. Almeriane Maria Weffort Santos, terceiro lugar, conta-nos sobre um período de desesperança democrática com a morte de Tancredo Neves

e de esperança com a participação política pelo voto direto com as “Diretas Já”. Votou pela primeira vez em Londres, em 1989, para presidente da República na Embaixada Brasileira. Mas o que sonhou na juventude ainda está por realizar-se – anseia por leis equânimes, que promovam a educação e a cidadania política, independentemente de cor, idade, expressão de gênero ou classe social.

Como veremos, os textos dos(as) adolescentes tiveram padrão linguístico adequado ao certame, a seleção de conteúdos e de argumentos atingiu o objetivo proposto, e a postura engajada e reflexiva em defesa do voto e da democracia foi o grande destaque. Os relatos de memória do grupo idoso, narrando e descrevendo fatos ocorridos em suas vidas na luta pelo direito ao voto direto e pela democracia, além das adequações ao gênero literário e ao padrão linguístico esperado, despertaram emoções ao discorrerem sobre um momento especial, particular, de suas vidas, que serve de exemplo para as gerações futuras.

Em *Concurso em Números*, o exame será retratado em forma de estatística. Serão evidenciadas as participações, por meio de percentagem, de adolescentes e de idosas e idosos inscritos(as), incluindo pessoas com deficiência mental ou intelectual, conforme autodeclaração, bem como o total de participantes por estado, englobando adolescentes, idosas e idosos.

Breve História da Justiça Eleitoral

Há 91 anos, no dia 24 de fevereiro de 1932, era promulgado o Decreto nº 21.076 – norma que criou a Justiça Eleitoral no Brasil. Esse ramo especializado do Poder Judiciário recebeu as funções de cuidar de todas as fases do processo eleitoral – cadastro de eleitores e candidatos, realização dos pleitos, apuração dos votos, divulgação dos resultados e diplomação dos eleitos.

Conforme previa o citado decreto, a Justiça Eleitoral era organizada em um Tribunal Superior, Tribunais Regionais na capital de cada estado e juízes eleitorais. Seu órgão máximo foi instalado no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1932, no edifício do Supremo Tribunal Federal, localizado na Avenida Rio Branco. À época denominado Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, a Corte iniciou seu funcionamento em uma das salas do terceiro andar do prédio, com apenas 17 funcionários.

O Código Eleitoral de 1932 trouxe algumas inovações para o país: regulou as eleições federais, estaduais e municipais; instituiu o voto feminino; fixou definitivamente o voto secreto; estabeleceu o sistema representativo proporcional; tornou obrigatório o registro prévio das candidaturas; e abriu a possibilidade para a utilização de "máquinas de votar" – o que ocorreu pela primeira vez somente nas eleições municipais de 1996.

Quanto à conquista do voto feminino, cumpre sublinhar que a luta das mulheres pelo direito de votar e de serem votadas não se encerrou com a previsão legal de 1932. No anteprojeto do primeiro Código Eleitoral brasileiro, chegou a constar que o marido deveria autorizar a mulher a votar. O voto das mulheres era facultativo para as que não exerciam função remunerada. Somente em 1965 o direito tornou-se pleno. No entanto, mais de 50 anos depois, ainda há muito a ser conquistado. As mulheres correspondem a mais de 50% do eleitorado no Brasil, mas ocupam apenas 20% das cadeiras do Parlamento brasileiro. Nas eleições de 2022, apenas duas governadoras, nas 27 unidades da Federação, foram eleitas como "cabeça de chapa". Sem dúvida nenhuma foi uma vitória a inclusão expressa desse direito no Código Eleitoral de 1932 e nos dispositivos legais subsequentes. Porém, a mera previsão em lei não garante o pleno exercício do direito. É preciso atuar para que a representatividade feminina seja compatível com seu papel na sociedade.

No que diz respeito a inovações, o uso da tecnologia sempre marcou a atuação dos Tribunais Eleitorais, especialmente desde 1986, quando houve o recadastramento geral do eleitorado – o que também serviu para combater fraudes, como a do eleitor com títulos em vários estados. O próximo passo foi totalizar os votos eletronicamente. Por fim, desde 1996 até hoje, a urna eletrônica é utilizada na votação. Atualmente, o alistamento eleitoral pode ser feito inteiramente pela internet, com

a emissão do e-Título ao final do processo. Além disso, a Justiça Eleitoral tem papel fundamental para o programa de Identificação Civil Nacional (ICN) por meio dos dados do Cadastro Nacional de Eleitores e das biometrias coletadas. Em todas essas frentes, o trabalho da Justiça Eleitoral é hígido, seguro e transparente.

Em 91 anos de história, a Justiça Eleitoral superou diversos desafios. Foi extinta em 1937, como consequência do golpe do Estado Novo, até 1945, quando os tribunais eleitorais foram reinstalados com o fim da "Era Vargas". Em 1960, a sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mudou-se para a nova capital, Brasília. No período entre a reinstalação e o início do regime militar (1945-1964), a Justiça Eleitoral atuou plenamente. Nesses quase 20 anos, quatro eleições presidenciais foram realizadas.

Durante o regime militar (1964-1985), sua atuação foi bastante restringida, pois não havia participação da Justiça Eleitoral nas eleições indiretas para presidente da República, tampouco nas nomeações para executivos estaduais e municipais. Mas, dentro dos limites legais de atuação, nunca se furtou de encarar os obstáculos, como exemplifica o caso da inaplicabilidade do princípio da fidelidade partidária entre os participantes do Colégio Eleitoral de 1985, o que possibilitou a eleição do primeiro civil à presidência da República após mais de 20 anos de regime de exceção.

Mesmo com todas as dificuldades e restrições eventualmente impostas, a Justiça Eleitoral seguiu evoluindo ao longo do tempo, trilhando um caminho quase centenário de promoção da cidadania, de garantia de legitimidade ao processo eleitoral e de fortalecimento da democracia no Brasil.

Processo Avaliativo

O processo avaliativo do I Concurso 90 Anos da Justiça Eleitoral deu-se em quatro níveis que serão apresentados nesta Seção. O *primeiro* centrou-se nas diretrizes do Edital. Neste tópico, para cada categoria de participante, adolescente ou idoso, houve orientações sobre o tema, o gênero textual a ser construído e suas especificidades funcionais e estruturais.

Ainda no nível inicial das instruções, para a Categoria Adolescente, com o tema "Meu voto, a democracia, o futuro do Brasil", o gênero textual exigido foi o expositivo-argumentativo, que é uma peça discursiva que procura defender um ponto de vista, um posicionamento (uma ideia principal), por meio de argumentos sustentados por fatos e dados. O que caracteriza também esse gênero são o emprego da modalidade formal da língua portuguesa, a clareza, a objetividade e a seleção dos argumentos que levam à defesa de um ponto de vista. Nesse contexto, toda a argumentação tem de ser organizada em uma estrutura prototípica socialmente convencionada: *introdução*, *desenvolvimento* e *conclusão*. O primeiro contém uma declaração que retrata o posicionamento da produtora ou do produtor do texto; no segundo, estão os argumentos com os quais se pretende convencer a receptora ou o receptor de texto; no último, há, quase sempre, uma síntese dos argumentos invocados a fim de reafirmar os argumentos e a importância da tese.

Vale salientar que o gênero argumentativo é recorrente em provas e concursos, notadamente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Cobrar esse gênero discursivo no I Concurso 90 Anos da Justiça Eleitoral pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) foi também uma forma de preparar os(as) jovens do Ensino Médio, participantes do certame no TSE, para o Enem, por meio das seguintes competências: a) domínio da norma padrão da língua portuguesa; b) compreensão da proposta de redação; c) seleção e organização das informações; e d) demonstração de conhecimento da língua necessário para argumentação do texto. Essas competências não foram explicitadas no Edital, mas estavam presentes quando da elaboração do Edital e das provas do concurso por já serem princípios assentes em concursos.

Para as idosas e os idosos foi proposto o relato de memória, cujo tema foi "O voto, a democracia e a minha trajetória". Esse gênero textual é autobiográfico (subjetivo), não ficcional e de cunho, em grande parte, narrativo. Em segunda medida, constitui-se em texto descritivo, com o qual a narradora ou o narrador, em primeira pessoa, conta fatos marcantes de sua vida. Estrutura-se em um *título* estimulante, que seduz a leitora e o leitor a participar da narrativa, a ler a obra; em *introdução*, contextualizando ambientes e fatos e apresentando a narradora ou o narrador; em *desenvolvimento*, em que se relatam e se descrevem os fatos; e em *conclusão*, quase sempre com uma

reflexão sobre os fatos vividos pela produtora ou pelo produtor do texto com possíveis aprendizados para a vida. Diferentemente do gênero expositivo-argumentativo, o relato tem caráter informal, cuja modalidade de linguagem não é centrada necessariamente na modalidade padrão da língua portuguesa.

As categorias linguísticas também são afetadas por essa narrativa: relato em primeira pessoa (emprego do pronome reto de primeira pessoa, *eu*); verbos no passado (pretérito imperfeito, pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito); e dêiticos (palavras que situam tempo, fatos históricos e contextos). Nada mais apropriado que pedir para essa faixa etária a produção do gênero textual relato de memória, pois o grupo esbanja muita vivência e, por isso, tem muito a nos narrar, contar e ensinar sobre voto, processo eleitoral e democracia.

Para finalizar o processo avaliativo inicial, foram enumerados os fatores que levariam à anulação da prova da candidata ou do candidato. Como exemplos, poderíamos enumerar: não há texto (redação completamente em branco; texto escrito, porém anulado com formas propositais de anulação – marcado com "x", todas as linhas completamente riscadas etc.); texto completamente em língua estrangeira ou grande parte dele, não sobrando oito linhas válidas ou mais em português; identificação do candidato ou da candidata por meio de assinatura ou marca identificadora; fuga ao tema; não respeito à estrutura do gênero expositivo-argumentativo/relato de memória e ao tipo textual; texto com no máximo sete linhas válidas; cópia de outros textos; texto sem conexão com o tema (palavrões; reflexões da candidata ou do candidato sobre a prova ou seu desempenho no concurso; desacato; chacota; mensagem religiosa; inserção de outro gênero fora do projeto do texto – receita de bolo, por exemplo; mensagem/propaganda política); desenhos; número(s) isolado(s) do corpo do texto; e texto ilegível.

Quanto ao *segundo nível* de avaliação, categoria microtextual, valendo 40% da prova, levaram-se em consideração a competência e o desempenho linguísticos das participantes e dos participantes do certame. A competência é definida por Noam Chomsky (1978) como o conhecimento ou o domínio abstrato (em potencial de uso) das estruturas da língua que a falante e o falante têm; já o desempenho é o uso real da língua em uma situação concreta, variando o uso conforme o contexto, os interlocutores e o gênero textual exigido. À categoria de jovens foi exigido o emprego mais formal da língua porque o gênero expositivo-argumentativo assim o exige. Já para a categoria de idosos foi o nível de linguagem mais coloquial, porém claro e isento de vagueza ou de ambiguidade.

As categorias linguísticas avaliadas foram em três níveis: *grafia e acentuação gráfica* – legibilidade; sinais diacríticos; letra de forma; inicial maiúscula; siglas, abreviação; translineação; *morfossintaxe* – pontuação; colocação de termos/construção do período; conjunções coordenativas; períodos incompletos e mal estruturados; concordâncias nominal e verbal; regências nominal e verbal; e *seleção vocabular* – expressões coloquiais em texto formal; emprego indevido de parônimos; equívoco léxico-semântico (adjetivo como advérbio, termos coloquiais em texto formal); emprego de palavra que compromete o entendimento (incoerência ou ambiguidade), palavra repetida. As categorias linguísticas enumeradas no Edital podem ser visualizadas na tabela a seguir:

(A) NÍVEL MICROTEXTUAL (40%)

Nível Linguístico Categorias	Subcategorias	Onde se aplica	Penalização
(A1) Grafia e acentuação gráfica	Legibilidade, acentuação, sinais diacríticos e letras, letra de forma sem diferenciar maiúscula/minúscula, emprego maiúscula/minúscula, siglas, abreviação, translineação, emprego do acento grave, uso de a/há.	Temas 1 e 2	- 0,15 por erro (na incidência do mesmo erro, só se computa 1 vez)
(A2) Morfossintaxe	Pontuação, emprego de aspas e parênteses, uso de termos e construção do período, conjunções, período mal estruturado, período incompleto, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, emprego repetido de palavras.	Temas 1 e 2	- 0,25 por erro e repetição
(A3) Seleção vocabular	Equívoco léxico-semântico (adjetivo por advérbio – e vice-versa – parônimos) coloquialismo, marcas de oralidade, dialogismo com o leitor, ambiguidade ou vagueza lexical.	Tema 1	- 0,25 por erro e repetição
	Equívoco léxico-semântico (adjetivo por advérbio – e vice-versa – parônimos), ambiguidade ou vagueza lexical.	Tema 2	- 0,25 por erro e repetição

De outra parte, um texto não é uma mera junção de palavras ou uma sequência de frases soltas, pois os elementos linguísticos, por si sós, não constituem a totalidade de sentido de uma produção textual. Por isso, devemos levar em consideração também a macroestrutura, o sentido, o conteúdo global do gênero produzido – este é o *terceiro nível da análise*. Como bem afirma Koch (1992):

> Os elementos linguísticos são importantes à medida que são ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Parafraseando a autora, as palavras e as frases estão a nosso serviço. São mobilizadas pelas usuárias e pelos usuários da língua com propósitos sociocomunicativos, interacionais maiores que a mera junção de sequências linguísticas. Desse modo, justifica-se a análise macroestrutural das redações do concurso – como já é assente em outros certames. Para avaliarmos esse nível da camada do texto, valendo 60%, levamos em consideração categorias de análise que abarcaram tanto as produções de jovens quanto as dos idosos:

(B) NÍVEL MACROTEXTUAL (TEMAS 1 e 2) (60%)

Gênero Textual/Conteúdo			Conceito
(B1) Estrutura textual	Estruturação do gênero textual/ organização das ideias	a) sem estrutura	Anulada
		b)estrutura textual precária	3,0
		c) há 2 aspectos da estrutura do gênero textual	10,0
		d) há introdução, desenvolvimento e conclusão	19,98
(B2) Tipo(s) textual(ais) predominante(s)	Tema1: Argumentação Tema 2: Narração/Descrição	a) não corresponde ao tipo textual	Anulada
		b) há predomínio de outro tipo textual	7,0
		c) há o tipo textual predominante	13,32
(B3) Coesão E coerência	Emprego de mecanismos coesivos e construção de sentido	a) não há harmonia nas ideias apresentadas/sem mecanismos coesivos ou uso incorreto sistemático destes	3,0
		b) há desvios sistemáticos de um mecanismo de coesão, mas há o uso correto de outros	9,0
		c) há problemas pontuais na relação entre as ideias/poucos desvios dos mecanismos coesivos	14,0
		d) as ideias são apresentadas de forma coerente/mecanismos coesivos utilizados corretamente, podendo haver desvio pontual	26,70

Devemos salientar que o tipo textual argumentativo, como se pode ver na tabela, não se aplica ao relato de memória, uma vez que este gênero textual se centra na narrativa pessoal da produtora e do produtor de texto. Desse modo, a análise macrotextual, nessas produções textuais, focalizou a veracidade dos fatos históricos citados nas narrativas.

Na avaliação da micro e da macroestrutura, inicialmente foram convocados revisoras e revisores de vasta experiência no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em concursos públicos e, posteriormente, no *quarto nível de análise*, servidoras e servidores da Corte de notório conhecimento em matéria eleitoral para realizarem a segunda leitura da macroestrutura a fim de ratificar a pertinência do conteúdo.

Produções Textuais

Categoria Adolescentes: “Meu Voto, a Democracia, o Futuro do Brasil.”

Geovana Rodrigues Almeida – 1º Lugar

Estudante, leitora por diversão e escritora por paixão. Fui alfabetizada em casa por minha irmã mais velha aos quatro anos de idade. Autodidata e fascinada por aprender mais sobre o mundo. Medalhista em olimpíadas multidisciplinares nacionais, Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Olimpíada Nacional de Ciências (ONC) e Olimpíada Brasileira de Geografia (OBG), totalizando sete medalhas; premiada também em concursos nacionais de redação (Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Instituto ALPA). Nasci na cidade de Posse, no interior de Goiás, em 2005; sempre estudei em escolas públicas; concluí o Ensino Médio em 2022; e sonho ser médica. Como disse Machado de Assis, maior nome da literatura brasileira e minha maior inspiração: "A vida é uma lousa" ; por isso busco escrever a história da vida segundo meus sonhos e objetivos.

A voz do povo

A "Alegoria da caverna", de Platão, descreve a situação de homens incapazes de enxergar a verdade em detrimento da permanência na zona de conforto. Analogamente, na sociedade brasileira hodierna, muitos cidadãos se trancam em suas próprias cavernas de intolerância, alienação e desordem quando, mesmo cientes de seus papéis frente ao exercício individual de cidadania, isentam-se desse processo, principalmente no âmbito político.

Mormente, em 14 de julho 1789, ocorre o marco central da Revolução Francesa: a Queda da Bastilha – maior símbolo do absolutismo. Dessa forma, a idade contemporânea é iniciada com o triunfo do povo, que exigiu a elaboração de uma Constituição. No Brasil, o sufrágio universal foi aprovado cerca de dois séculos adiante, devido a reivindicações populares, e abonado no artigo 14 da Constituição Federal de 1988, o qual diz: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto", o que denota a importância do voto na manutenção da democracia do país.

Ademais, consoante o filósofo e matemático grego Platão "o preço que o cidadão de bem paga por não se envolver em política é ser governado pelos mal-intencionados". Essa afirmação sintetiza que se abster do voto é o mesmo que ignorar o seu papel como citadino e submeter a responsabilidade perante o

futuro da nação à ideologia de outrem. Isto posto, é indubitável que a sociedade reconheça a importância do processo eleitoral brasileiro e o tenha como agente indissociável ao cidadão, sobretudo aqueles que estão iniciando a vivência política-democrática: os jovens. Ignorar o direito ao sufrágio é como rasgar a essência das páginas dos livros de história que lamentam o coronelismo, o voto de cabresto e o voto censitário, o qual exonerava mulheres, negros e não provenientes de alta classe social de seu papel – tratados como indiferentes à civilização.

Dessa forma, portanto, urge que a população contemporânea, no vislumbre dos 90 anos da criação da Justiça Eleitoral do Brasil, passe a enxergar além das projeções em suas conversas e usufrua de seu direito pleno, espelhando nas urnas uma opinião política engendrada através da análise e da reflexão crítica, instigando os jovens a também fazerem parte desse processo com responsabilidade e consciência. Assim, por conseguinte, a federação brasileira caminhará, ao lado do voto e da democracia, rumo à ordem e ao progresso.

Brenda Basso – 2º Lugar

Meu nome é Brenda Basso e tenho 17 anos. Desde os primeiros anos de minha vida, cultivo um forte amor pela comunicação e, antes de tudo, pela escrita como ferramenta de mudança social. Sou estudante de Ciências Sociais e Jurídicas e, na referida graduação, encontro os meios necessários para visibilizar a luta pela garantia de direitos, travada por grupos socialmente desassistidos, designando, portanto, meu maior propósito como cidadã: a diligente defesa da inclusão social de todos os indivíduos que integram o corpo social.

O poder de mudança social da juventude aliada à política

O exercício do voto é uma forma de assegurar direitos básicos dos indivíduos. Nessa ótica, no livro "Fogo morto", de José Lins do Rego, a importância do voto é reconhecida por Vitorino, o qual afirma que o voto é uma opinião, em contraste com José Amaro que, cego pela desinformação, ignora tal direito. Contudo, distanciando-se do olhar artístico, é de conhecimento geral que o voto é a mais importante ferramenta que assegura a defesa de ideias e princípios, promovendo mobilizações sociais e engajando jovens, que, inquestionavelmente, apresentam-se cada vez mais integrados em pautas sociopolíticas, evitando cenário de manipulação política e falta de representatividade.

Em primeiro lugar, é nítido que os jovens, ao longo da história, tornaram-se cada vez mais atentos e dispostos a contribuírem para com o futuro democrático. Nessa ótica, o movimento juvenil "Diretas já", contrário à ditadura, surge frente a cenários caracterizados pela opressão e censura, sendo um inquestionável exemplo da força política da população jovem. Nesse ínterim, no atual cenário social, frente à possibilidade do voto, a juventude persiste atenta e disposta a integrar o processo democrático, garantindo visibilidade e representação. Destarte, é expectado que a discussão de pautas políticas se faça constante entre os jovens, que, impulsionados pelas atuais configurações sociais, direcionam forças em busca de espaços políticos.

Ademais, por meio das participações ativas em discussões políticas, a alienação se faz distante. Assim, o livro "A revolução dos bichos", escrito por George Orwell, ilustra os perigos oriundos da alienação política através da incontestada ditadura pelo porco Napoleão. Todavia, fora do olhar literário proposto por Orwell, felizmente, entre a população juvenil, cenários de conformação política são notoriamente isolados, uma vez que o crescente engajamento político incentiva o

questionamento de projetos governamentais, ambicionando o bem comum e propondo olhares de diferentes perspectivas.

Portanto, ao verificar os argumentos acima apresentados, são inconcebíveis os questionamentos acerca da relevância juvenil no futuro nacional. Dessa maneira, é tarefa dos meios de comunicação, através de produções engajadas, promoverem a conscientização de telespectadores acerca da importância juvenil em pautas sociais e políticas. Não obstante, o Ministério da Educação, departamento responsável pelo sistema de ensino brasileiro, juntamente a órgãos educacionais, deve atuar em ambientes escolares através de palestras, debates e resgates históricos, sendo destacada a importância política inerente à população jovem e, como consequência direta disso, teremos cidadãos conscientes e dispostos a integrarem tais causas. Dessa forma, poder-se-ia modificar a desinformação e o conformismo retratados na obra literária de José Lins do Rego.

Samua Miguel Holanda – 3º Lugar

Chamo-me Samua, tenho 17 anos, sou natural de Iguatu, Ceará, mas sempre morei na cidade vizinha, Acopiara. Concluí o Ensino Médio em 2022 e agora continuo me preparando para ingressar em uma faculdade. Desde pequena, gosto de fazer muitas coisas, como andar de bicicleta, ler e escrever, tocar vários instrumentos, desenhar – e muito mais. Constantemente, valorizo todo tipo arte e a possibilidade de obter conhecimento e de nos expressarmos. Diante disso, não gosto de ficar parada ou de não ter o que aprender.

Voto consciente, democracia fortalecida

Na democracia, o voto é o caminho para expressar nossa opinião e conquistar os nossos direitos. Há algumas décadas, as minorias lutavam para ter voz nas decisões políticas do país; apenas em 1932, esse direito foi concedido às mulheres e, em 1985, de forma definitiva, aos analfabetos. Através do voto, o cidadão pode, a partir dos dezesseis anos, escolher o representante que considera apto a tomar decisões em prol da população.

A democracia no Brasil surgiu após a saída da ditadura militar e trouxe importantes conquistas para o país. No entanto, se na teoria a Constituição Cidadã garante os direitos sociais e dá visibilidade ao processo constituinte, na prática a situação é oposta. É inegável que se vive a chamada democracia imperfeita. Para o filósofo Aristóteles, a política deve ser utilizada para estabelecer o equilíbrio por meio da justiça. Analogamente, nota-se como o governo põe abaixo a teoria do filósofo e rompe a harmonia proposta, pois grande parte da população brasileira ainda vive sem comida, casa, saúde ou educação, que são direitos básicos garantidos, em tese, pela Constituição.

Portanto, votar conscientemente é ir às urnas sabendo da responsabilidade que está em suas mãos, já que tem o poder de, juntamente com os demais cidadãos, eleger quem vai governar a nação. O futuro do país está em nossas mãos e, como bem sabem, isso significa que as decisões difíceis têm de ser tomadas hoje.

Maria Fernanda Campos Neves dos Santos

Meu nome é Maria Fernanda Campos Neves dos Santos, tenho 16 anos e estudo no Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré, localizado em Belém do Pará, cidade referência na Amazônia brasileira. Dedico-me, desde a infância, à formação de uma mentalidade integral, crítica e múltipla para minha vida, por isso já enveredei pela dança e pelo esporte. Tenho também um enorme apreço pela Sétima Arte. Ao longo do meu percurso, também busquei aspectos que agregassem valor à solidificação de um currículo acadêmico que contribuísse para o alcance da faculdade que almejo, o que me aproximou de programas extracurriculares como a leitura, a honra ao mérito na Olimpíada de Química Paraense e a conclusão do programa Way American School em 2021. Preciso pontuar o meu grande orgulho de ser nortista, principalmente no que diz respeito à cultura e à minha devoção por Nossa Senhora de Nazaré. No mês de outubro, o Círio de Nazaré toma as "ruas" de minha vida e sinto os valores Marianos tornando-se sempre mais presentes na constituição dos princípios humanitários que me regem. Desse modo, sou imensamente grata por toda a trajetória que venho construindo, em que a presença dos meus pais faz-se um pilar essencial na busca pelos meus sonhos.

Sufrágio: a voz do século XXI

A democracia ateniense, regime político implantado nas *polis* gregas, foi responsável por diversas mudanças nas convenções sociais do mundo antigo mediante a implementação do sufrágio nas decisões políticas. Entretanto, evidencia-se que esse modelo de liderança sofreu alterações com o passar dos séculos e se mostrou imprescindível para a execução de justiça e de cidadania no meio social hodierno, posto que o voto é um mecanismo de conscientização da juventude acerca do viés político e um instrumento de transformação da realidade nacional. Desse modo, revela-se que a votação está diretamente ligada à aplicação plena da democracia.

De início, nota-se o voto como meio do exercício político para os jovens brasileiros. Dito isso, segundo o filósofo John Locke, na Teoria da Tábula Rasa, a mente humana assemelha-se a uma folha de papel em branco a qual é preenchida pelas experiências diárias. Partindo desse pressuposto, revela-se uma similaridade entre o comparativo do autor e a mentalidade juvenil contemporânea, visto que os adolescentes se encontram em sua formação integral cidadã, moldada no autoconhecimento como também no desenvolvimento do senso crítico para realizarem

escolhas na fase adulta. Consequentemente, a participação dos jovens para determinação do avanço do país, por intermédio do voto, torna-se importante para colocar em prática sua criticidade na seleção de representantes da União.

Ademais, afirma-se que a escolha democrática é necessária para atenuar as mazelas que aturdem o povo brasileiro. Nesse contexto, o artigo 14 da Constituição Federal prevê o voto como um direito fundamental aplicado indiscriminadamente, ou seja, com a participação de todos os grupos sociais. À vista disso, ressalta-se a importância de tal diretriz para a população, haja vista que esse artifício de participação política permite que minorias, como classes sociais marginalizadas e mulheres, escolham candidatos que deem visibilidade às suas problemáticas vivenciadas diariamente. Por conseguinte, demonstra-se que o sufrágio é um recurso para o alcance de uma vida digna, principalmente no que diz respeito à superação de preconceitos e de desigualdades sociais.

Portanto, conclui-se que o voto associado à democracia desperta o sentimento de esperança por um Brasil unido. Logo, o governo federal deve aplicar políticas públicas nas instituições de ensino para auxiliar a formação política e humanizada dos estudantes. Assegurar o cumprimento da Carta Magna na juventude torna-se sinônimo de bem-estar comum e dignidade, sobrepondo os obstáculos que dificultam a conquista de um país devidamente equilibrado no âmbito econômico, político e, principalmente, social.

Guilherme Carvalho Santos

Guilherme Carvalho Santos, nascido em Aracaju/SE, no dia 28 de junho de 2006, tem 16 anos e cursa o 3º ano do Ensino Médio. Foi o primeiro colocado na Etapa Estadual do 51º Concurso de Cartas dos Correios em 2022. Sua relação com a escrita, contudo, foi construída aos poucos, à medida que percebeu o texto como uma forma de se colocar no mundo e de dialogar com a realidade – "mesmo que talvez restrito a um professor na escola; não importa, alguém vai ler, alguém há de ler; e, nesse ato, me dar espaço para ser ouvido" . Para ele, a palavra é um ato político, quando o pensamento sai da abstração e torna-se o primeiro passo rumo à mudança. O que o motiva a escrever é a possibilidade de imaginar um mundo melhor. Daí a importância do voto: a "palavra" codificada em número. É nessa perspectiva que, segundo Guilherme, a liberdade política, mesmo no âmbito coletivo, é a garantia do individual, do mais íntimo e particular de cada um, em que se consolida o direito ao pensamento e à liberdade de ser você mesmo. Isso, no entanto, ainda não é igual para todos, então surge a importância da luta pela democracia na esperança de um país melhor e mais harmônico. Assim, nasceu a motivação para se inscrever no I Concurso Nacional de Redação da Justiça Eleitoral. O apoio da família e o suporte dos professores, sem dúvida, foram essenciais. Para Guilherme, o poder da palavra, mesmo que às vezes limitada a uma pessoa, é suficiente para mudar o mundo.

Dos porões da Ditadura aos ares da liberdade

No dia 28 de outubro de 1975, foi divulgada a nota oficial do Estado, o laudo do IML, atestando "asfixia mecânica por enforcamento" e uma carta de suicídio com "assinatura irreconhecível". Três dias antes, o jornalista Vladimir Herzog havia sido torturado até a morte, vítima da repressão ao direito à vida e à liberdade de expressão na ditadura militar, e a carta, uma tentativa inútil de um governo totalitário em encobrir mais um assassinato – o laudo foi adulterado, e a carta, inventada. Nesse sentido, percebe-se como a censura e a supressão de direitos foram essenciais à consolidação do Estado ditatorial, o que estimulou as lutas pela liberdade de expressão e pelo direito ao voto, os mais importantes pilares do atual sistema de governo: a democracia, regime oposto ao totalitarismo, testemunhado nas décadas de 1960,1970 até 1985. No entanto, apesar da importância da liberdade civil para o futuro do Brasil, por meio da qual se exercia o direito de votar, é fundamental analisar o que ainda leva parte dos cidadãos à abstenção política.

De início, faz-se imprescindível discutir a necessidade do voto para fortalecer o atual regime democrático brasileiro. Nesse contexto, o envolvimento político dos vários setores da sociedade – efetivado, em especial, pelo voto – é essencial para

garantir um panorama mais diversificado de representantes na esfera pública e, por conseguinte, uma promoção de políticas governamentais mais justas que incluam as demandas dos grupos minoritários em um país plural.

Acerca disso, cabe mencionar o artigo 5º da Constituição Federal, a partir do qual se assegura a todo e qualquer cidadão brasileiro a inviolabilidade do direito à liberdade. Assim, a livre manifestação do voto – legitimada por tal artigo da Carta Magna e arduamente conquistada após a Ditadura Militar – faz-se um fator indispensável ao exercício da cidadania e à garantia de um futuro mais igualitário e democrático.

Entretanto, tendo em vista a crescente polarização política no país, vale salientar que uma parte considerável da população, composta, principalmente, por jovens, decide se omitir do debate público. De fato, a democracia constitui-se um regime plural, em que deve prevalecer o diálogo para a construção de um futuro mais justo a todos. Contudo, tem-se percebido a formação de grupos de ambos os espectros políticos mais fechados em suas convicções intolerantes quanto à diversidade de opiniões, o que pode ser notado pela propagação cada vez mais intensa de *fake news* na internet, com o objetivo de favorecer ou depreciar a imagem de alguma figura pública. Isso ocorre porque, segundo o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, prevalece no país a uma cultura personalista em que as instituições sociais, a exemplo do Estado, são reduzidas à pessoa que as compõe, nesse caso a uma figura política. Tal realidade fomenta um cenário no qual o pluralismo político se torna uma disputa de times, em que a única perda é o enfraquecimento do sistema democrático, haja vista que parte da sociedade, em especial os jovens, buscando fugir dessa tensão na esfera pública, deixa, por exemplo, de votar.

Em suma, é clara a imprescindibilidade do voto como forma de manifestação cidadã e de fortalecimento da democracia, portanto, é dever do Estado promover campanhas de conscientização sobre a necessidade do diálogo na esfera pública, a fim de estimular a pluralidade de ideias e, por consequência, efetivar uma maior participação política de toda a sociedade. Desse modo, será possível construir um futuro mais justo democrático, distante da realidade vivida por Wladimir Herzog na ditadura militar.

Gabriel Giorgio Lima de Almeida

Sou Gabriel Giorgio Lima de Almeida, tenho 17 anos. Nasci na cidade de Belém do Pará e desde cedo tive destaque por conquistar medalhas em olimpíadas acadêmicas em nível nacional, como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e a Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA). Sempre gostei de escrever e me interessei pela importância do voto. Recentemente, fui aprovado para estudar Medicina na Universidade Federal do Pará (UFPA). Gosto de passar tempo com minha família e amigos.

Jovem: o mecanismo da mudança pelo voto

Nesta data, 2 de março de 1988, os jovens brasileiros tiveram uma conquista a qual, consagrada pela Constituição de 1988, perpetuar-se-ia até os dias de hoje: o direito ao voto por cidadãos acima dos 16 anos. A partir desse período, o exercício da cidadania tornou-se real para esses jovens revolucionários, possibilitando a participação do público adolescente na recém-instaurada democracia direta. Com isso, a população jovem pôde ser integrada no processo que dá rumo ao país por meio da escolha de seus representantes e do acompanhamento de suas trajetórias. Desse modo, é imprescindível pontuar a importância da juventude na rota ao futuro do Brasil, destacando-se a necessidade dos eleitores em reconhecer como o voto pode modificar a consciência política contemporânea e como a geração atual tem o poder de traçar o destino do país.

Sob esse viés, é fato que o exercício do voto não se limita apenas a cumprir uma formalidade, mas é fulcral a participação jovial desde a escolha do candidato à verificação das suas execuções, promovendo o desenvolvimento de uma educação eleitoral favorável.

Nessa linha de raciocínio, é válido mencionar a citação do filósofo francês Francis Wolff, segundo o qual "precisamos do poder de todos para proteger o de cada um e o dos outros". Assim, visando à unidade de garantias governamentais, propostas no pensamento de Wolff, o eleitor precisa votar de modo consciente, sendo estimulado a se informar acerca da política brasileira. Entretanto, é válido mencionar que a consciência eleitoral está diretamente relacionada à desigualdade social, pois, sem o acesso pleno à informação, certa parcela da sociedade fica à margem

do processo, já que não há meios propícios de conhecimento, o que torna o voto banal. Logo, a consciência política pelo voto somente é estimulada quando em condições favoráveis.

Além disso, é notório que o futuro do país é guiado pelas decisões realizadas pelos jovens de hoje no processo democrático. Sob esse prisma, é interessante destacar que, em pesquisas realizadas no ano de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de jovens aptos para votar cresceu cerca de 51% em relação a 2018, demonstrando a veemente preocupação desse grupo com o destino do país. Nessa perspectiva, nota-se que o processo eleitoral urge promover a participação do jovem, pois sua importância é cada vez mais propagada na mídia. Assim, a prática em questão tem o poder de alterar o cenário do Brasil, promovendo o acesso à informação, o que modifica a realidade de menos favorecidos e estimula a educação política, acarretando, consequentemente, o voto racional.

Portanto, percebe-se a importância da prática eleitoral para a população jovem, a qual é responsável por modificar o trajeto do país. Nessa perspectiva, destaca-se que a percepção do voto precisa ser ampliada, proporcionando o engajamento da juventude em pautas sociais e no acompanhamento de candidatos, com o fito de ampliar o destaque de educação eleitoral. Ademais, as decisões sábias realizadas na conjuntura hodierna brasileira refletirão um futuro promissor às próximas gerações, haja vista que a inclusão de jovens no processo de votação deve ser estendida, e não limitada. Dessa maneira, a conquista de 2 de março de 1988 não pode ser em vão, mas sim um grito de esperança de que a geração atual possua as rédeas para guiar o carro chefe do país: a nação.

Ítalo Cézar de Azevedo

Apaixonado por História, livros e música, tem 16 anos de idade e é discente do Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), onde também participa de olimpíadas do conhecimento e de projetos de pesquisa. Mora com sua família e sua cachorrinha Lily em Cuiabá.

A conquista do voto e a construção da sociedade do futuro

O direito de votar é uma das mais importantes conquistas nos tempos modernos. O voto universal e secreto possibilita uma sociedade fazer-se bem representada e construir um país moldado à sua representatividade e aberto a seus anseios.

Apesar disso, no Brasil, votar nem sempre foi um direito apreciado por todos. Durante boa parte da nossa história, votar era prerrogativa de somente alguns poucos homens que satisfaziam a critérios de renda e instrução. O voto só foi estendido às mulheres em 1932; já os analfabetos, condição em que, durante muito tempo, estava boa parte dos brasileiros, só foram contemplados com esse direito a partir da Constituição de 1988.

Esse processo restritivo causou graves mazelas na vida democrática nacional, pois fez com que os excluídos das eleições tornassem-se expectadores alheios ao processo eleitoral, enxergando nele nada mais do que a supressão da vontade popular, manifestada na ocorrência de incontáveis fraudes eleitorais nos anos mais jovens da República.

Passado muito tempo, o direito de votar foi estendido de modo a abranger todas as camadas populares, livre de restrições relacionadas a gênero, cor, renda ou grau de instrução. Neste nonagésimo aniversário da Justiça Eleitoral, temos a oportunidade de refletir sobre a luta histórica de brasileiros e brasileiras pelo voto universal e secreto e sobre as suas implicações no presente, em que somos chamados a expressar nossas vontades nas urnas e a construir um país democrático, justo e próspero para todos.

Afinal, o voto é bem mais que uma mera formalidade do processo democrático, é um poderosíssimo instrumento de transformação política e social, capaz de moldar uma realidade coletiva fraterna e liberta por essência.

Phellipe de Freitas Mesquita

Meu nome é Phellipe, nasci no dia 10 de maio de 2005, em Cabo Frio, município situado no Estado do Rio de Janeiro. Sou aluno no Instituto de Educação Professora Ismar Gomes de Azevedo (Iepiga) e pretendo cursar Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possuo um trabalho formal numa empresa especializada em instalação e manutenção de ares-condicionados. Imagino-me como alguém estudioso e disposto a aprender o máximo de coisas possível. Meu passatempo favorito é pesquisar na internet.

O engajamento político juvenil: causa e consequência

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento estudantil se ergueu e enfrentou a ditadura militar brasileira, que, ao instaurar um regime autoritário no país, privou seus cidadãos do direito à participação política por meio do voto. Nesse sentido, é possível observar que a sociedade jovem hodierna vive uma situação análoga a dos estudantes do século XX: testemunha-se uma intensificação no engajamento político-juvenil a favor da consolidação da democracia.

Sem dúvida, esse fenômeno, causado pela mobilização através da internet, tem como consequência a inovação política sob o ponto de vista dos adolescentes. Em primeiro lugar, faz-se necessário lembrar que a internet é fundamental na comunicação da juventude. De acordo com o cientista político Humberto Dantas, nas eleições gerais de 2022, a campanha vem sendo mais assertiva ao dialogar com o público da forma como esse segmento social gosta de se comunicar.

Assim, fica claro que expandir a conscientização por intermédio dos meios de comunicação de massa mostrou-se eficiente, já que os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) comprovam o aumento de 51,13% na participação do eleitorado com idade entre 16 e 17 anos. Em consequência disso, os jovens se reúnem e expressam suas reivindicações, e a sociedade, por sua vez, há de considerar as suas propostas. Em 2019, por exemplo, dezesseis jovens ativistas chocaram o mundo ao acusar cinco países – entre eles o Brasil – de não tomarem ações que impedissem o aquecimento global, conduta que violaria o direito das crianças.

Evidencia-se, portanto, que o posicionamento político dos mais jovens gera maior comoção social, que impõe transformações. Em síntese, convém ressaltar que, segundo especialistas, o aumento expressivo dos adolescentes engajados

politicamente está associado às campanhas do TSE através dos meios de comunicação de massa, considerando os fatores sociais que apontam a internet como recurso efetivo de conscientização da juventude. Como resultado desses avanços, vê-se um aumento de jovens interessados em mudar o rumo da política atual e, assim como o movimento estudantil de 1960 e 1970, moldar o futuro do Brasil por meio do voto e da democracia.

Guilherme Carvalho Bilio de Sousa

Meu nome é Guilherme Bilio, nascido e crescido na cidade de São Domingos do Maranhão/MA, interior maranhense, tenho 17 anos. Desde os 13 anos, comecei a escrever redações semanalmente. Durante esses 4 anos, acumulei vitórias advindas do conhecimento em redação: fui bicampeão estadual (2021 e 2022), campeão nacional (2022) do Concurso Chamex, campeão estadual e vice-campeão nacional do Concurso de Redação Jovem Senador (2022) e selecionado entre os autores das 10 melhores redações do I Concurso Nacional de Redação da Justiça Eleitoral (2022). Além disso, recentemente, fui aprovado para o curso de Medicina na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com base no Enem 2022, em que obtive 960 pontos na redação.

Voto: garantia da soberania cidadã

O movimento "Diretas Já" foi um conjunto de manifestações civis, ocorridas durante o regime militar, que ansiavam pela volta das eleições diretas no Brasil. Nesse contexto, nota-se que essa luta pela participação social na política perdeu sua força no cenário hodierno, haja vista que o ato de votar tem sido cada vez menos estimulado no âmbito federal. Essa desvalorização ocorre, sobretudo, pelo individualismo na população brasileira e pela lacuna educacional. Urge, portanto, que se discutam as causas dessa problemática, assim com os meios para fortalecer a prática do voto no país.

Sob essa ótica, é imprescindível destacar o egoísmo civil como catalisador do fenômeno supracitado. Nesse sentido, o escritor português José Saramago, em sua obra "Ensaio sobre a cegueira", critica o modo como certos indivíduos agem sem refletir acerca dos impactos de suas ações sobre os outros. À luz disso, percebe-se que a visão do autor ilustra o comportamento de muitos brasileiros, os quais, de forma individualista, deixam de exercer adequadamente o seu voto, o que, além de denotar uma postura despreocupada com as questões coletivas, impossibilita a participação dessas pessoas nas decisões políticas do Brasil. Logo, é inadmissível que isso persista, dado que o exercício da cidadania é prejudicado pela postura egocêntrica de vários cidadãos da nação.

Ademais, é de crucial importância apontar as lacunas educacionais como entraves para a superação do problema exposto. Nessa lógica, consoante o educador Paulo Freire, o ato de educar é uma ferramenta libertadora capaz de despertar a autonomia e o senso crítico dos alunos. Todavia, é notório o insucesso do projeto do educador na realidade nacional, visto que as escolas do Brasil, em sua maioria, não dispõem de componentes curriculares que abordem a importância do exercício do voto para a construção de uma sociedade melhor, o que impede que as crianças de hoje sejam, futuramente, adultos conscientes de seu papel como cidadãos e como participantes dos rumos políticos do país. Assim, faz-se mister que os brasileiros sejam mais bem educados para que o ato de votar seja estimulado.

Em virtude dos fatos mencionados, são necessárias ações interventivas com a finalidade de valorizar a participação eleitoral da comunidade. Posto isso, é dever do Ministério da Educação, como órgão estatal responsável pelas diretrizes educacionais, estimular a prática do voto no Brasil por meio da implementação, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da disciplina de educação política, que instruirá os cidadãos acerca da importância do ato de votar para a existência de uma sociedade mais plural e justa, a fim de que os cidadãos saibam valorizar essa ferramenta democrática e para que as lacunas deixadas pelo ensino nacional sejam preenchidas. Com isso, o corpo social brasileiro voltará a se engajar na luta pela democracia, assim como fez durante as “Diretas Já”.

Categoria Idosos: “O Voto, a Democracia e a Minha Trajetória.”

Gregório Augusto dos Santos Filho – 1º Lugar

Nasci em 21 de fevereiro de 1953, em Carolina/MA. Autodidata, desenhista gráfico formado no Senai/RJ e microempresário aposentado na área gráfica. Fui Presidente da Associação das Gráficas e Editoras de Taguatinga/DF e da Associação da Comunidade Santos. Aficionado por leitura de temas diversos. Autor predileto: Érico Verissimo. Pai de um casal de filhos, avô de 4 netos, tio de dezenas de sobrinhos e oitavo irmão dentre 12. Apaixonado por Carolina, Brasília, pelo Brasil e pela democracia.

Caixas de sonhos e de cidadania

Com cinco anos de idade, estava eu ali, de pés descalços, apenas um calção a cobrir "minhas vergonhas", a observar a sala do Fórum da minha pequena cidade do interior. Na sala, havia várias caixas fechadas com uma corrente fininha e um cadeado aparentemente bem frágil. Na entrada, militares do exército impediam o acesso de estranhos. Pela janela, eu espichado nas pontas dos pés espiava tudo lá dentro: os soldados, com seus fuzis e suas metralhadoras, atentos a qualquer movimentação, orgulhosos da missão.

Um senhor idoso, ao passar pelo local, indagou:

– O que fazes aí, menino?

– Estou olhando. Respondi.

– Olhando o quê? Perguntou o senhor.

– As caixas e os soldados, mas não sei o que é. Pergunto, mas eles não me dão atenção. Respondi.

Então o idoso me disse:

– Desce daí, vou te explicar.

Aquele idoso era muito importante na cidade, muito respeitado e querido, era fazendeiro rico, pelo menos imaginei isso. Lembro-me de tê-lo visto várias vezes na missa na Igreja Matriz, era o único que tinha um banco forrado em veludo azul e uma almofada vermelha-vinho para se ajoelhar. Perguntei para que serviam as caixas. O senhor respondeu:

– Servem para guardar tesouros... guardam os votos, que se transformam em escolas, hospitais, estradas, livros e tudo mais que a gente sonha.

Minha cabeça quase explodiu com tanta informação. Tantas conquistas! Só pude votar aos 28 anos – a cidade onde eu vivia, a Capital da Esperança, era uma cidade cassada, proibida de votar. Agora, aos 69 anos, já participei de oito eleições presidenciais...

Sempre depositando nas urnas aqueles "tesouros" que o senhor idoso me revelara aos cinco anos de idade.

Viva a democracia, a festa da liberdade!

Viva a Justiça Eleitoral, guardiã de nossos tesouros, de nossos sonhos!

Maria Ede Catani Antunes – 2º Lugar

Sou advogada aposentada e paulistana. Atualmente moro no litoral paulista, onde aproveito as praias e o sol.

Meu voto tardio

A Justiça Eleitoral e eu somos praticamente contemporâneas, apenas doze anos separam os nossos nascimentos. No entanto, em virtude do contexto político e cultural da época, a minha relação com o voto foi lenta e tardia, infelizmente.

Atualmente, vejo adolescentes com dezesseis anos tirando o título de leitor pelo celular. Quando eu era adolescente, na longínqua década de 1960 do século passado, era inimaginável um jovem de 16 anos poder votar, sobretudo uma menina.

Tornei-me adulta em plena Ditadura Militar, época que definitivamente não combinava com sufrágio e eleições populares. Salvo engano da minha gasta memória, acredito que até houve eleições, mas democracia tenho certeza de que não existia, por isso não me interessei em votar.

Depois de muita luta, literalmente, a Ditadura virou passado. Queríamos votar de verdade. Eu me lembro da campanha pelo voto direto para presidente, a "Diretas Já", na década de 1980. Participei de várias manifestações, ávida por exercer um dos direitos mais fundamentais da democracia, votar. Perdemos. Mas ganhamos em 1988, com a promulgação da Constituição que estabelece o "voto direto e secreto".

É verdade que demorou, nasci em 1944 e fui votar apenas em 1989. Foram incontáveis 45 anos de espera, por isso que, agora mesmo, com mais de 70 e tendo direito ao voto facultativo, faço questão de participar desse importante momento cívico e depositar meu voto na urna. Melhor ainda: digitar meu voto nas nossas modernas urnas eletrônicas, orgulho da democracia brasileira e sinônimo de eficiência na apuração das eleições.

Almeriane Maria Weffort Santos – 3º Lugar

Farmacêutica graduada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuei na mesma instituição como professora e pesquisadora por mais de três décadas (1987-2019). Sempre considerei um privilégio participar ativamente da formação de muitos jovens, mas nunca me esqueci que, por meio da carreira docente, tive oportunidades pessoais, como a de estudar no exterior para minha qualificação; trabalhar em projetos internacionais; participar dos mais diferentes tipos de eventos científicos e certames acadêmicos; publicar trabalhos científicos; e receber prêmios. A carreira de professora me proporcionou amadurecimento pessoal e como cidadã por meio do intenso convívio com pessoas. No nicho acadêmico, estudantes, servidores e colegas, com sua cultura, hábitos e costumes, crenças, comportamentos e ideologias, coloriram a minha existência e revelaram a diversidade com que a humanidade caminha. Nessa jornada, tive sempre a companhia de meu marido, também acadêmico, e de nossos dois filhos. Tenho profunda gratidão e respeito pela UFPR, a qual me proporcionou, de um lado, um ambiente diferenciado para trabalhar no exercício da profissão que considero a mais digna, enquanto, de outro lado, me estimulou a aceitar desafios, como a participação nesse concurso, por exemplo. Deus, nos Seus planos perfeitos, delineou para mim uma carreira perfeita e resolveu abençoar, de forma incondicional, a sua execução.

O voto e a cidadania política

A morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, desencadeou uma comoção nacional, e eu não escapei da tristeza. A dor profunda pavimentou o caminho da consciência política de que eu, uma mulher à época com 25 anos, poderia ter um empoderamento até então inimaginável: escolher quem governaria o Brasil de forma absolutamente livre, sem nenhum tipo de vínculo, por meio do voto. Mas o caminho entre a participação política e o estabelecimento da democracia pelo voto ainda era só de sonhos. Com as manifestações a favor de eleições diretas (“Diretas Já”) se intensificando, havia um burburinho nacional que ia, aos poucos, tomando forma e volume. Era o ano de 1986, e as folhas da semente lançada nas manifestações de rua estavam aparecendo. Senti orgulho do que vi acontecer e, com a Constituição Cidadã, já em 1988, eu tinha consciência de que era uma questão de tempo o florescer da primeira eleição democrática.

Em 1989, fazendo pós-graduação em Manchester, no Reino Unido, viajei cerca de 320 km para votar para presidente do Brasil, pela primeira vez, na embaixada brasileira em Londres. Foi uma emoção encontrar brasileiros nas ruas ao redor da embaixada, muitos empunhando a bandeira nacional. Entendi que ali havia uma festa da democracia. Não havia ódio ou violência. Não havia medo. Nada havia ali além de eleitores que defendiam modelos diferentes de governança. Era algo novo, saudável e desafiador! Mais do que isso, foi o momento em que obtive consciência plena de que aquele ato seria para sempre a minha voz.

Interessante, entretanto, é que eu não tinha ainda a dimensão da importância do que aquele gesto tem hoje para mim. Votar, como expressão legítima de um Estado democrático de direito, para eleger cidadãos conscientes de suas funções, tem consequências. Como um filme, o exercício de votar me traz à memória conquistas marcantes, como o Sistema Único de Saúde (SUS), a demarcação – mesmo que insuficiente – das terras indígenas, as leis de proteção ao meio ambiente, a liberdade de expressão, políticas para minimizações de diferenças socioeconômicas, entre outras. É claro que tudo isso foi e será resultante (quase sempre) de manifestações populares, pressionando o Congresso, composto por representantes do povo também eleitos pelo voto, a elaborar leis, emendas ou atos normativos com força de lei de interesse coletivo.

Vejo o voto como um poder de transformação social e quero viver o suficiente para ver aquele sonho da minha juventude, consolidado em leis equânimes para o povo brasileiro, que promovam a educação e a cidadania política, independentemente de cor, idade, expressão de gênero ou classe social.

Hélia Regina Sinibaldi

Trabalhei por quatro décadas na iniciativa privada, iniciando a trajetória na área financeira. Nos últimos tempos, atuo esporadicamente no segmento editorial. Nasci e moro em São Paulo/SP.

Geração Ditadura nunca mais

Recuo a uma noite de 1984. Voltava do trabalho com desesperança por aqueles 22 deputados federais que haviam votado contra a emenda constitucional pelas "Diretas Já" no processo de redemocratização do Brasil. A frustração era aliada à inflação crescente, ao aumento do desemprego e às profundas desigualdades sociais. Vieram as eleições indiretas para presidente um ano depois, e o país instalava a Assembleia Nacional Constituinte com a participação de movimentos sociais organizados para que suas reivindicações entrassem nas discussões.

A Constituição Cidadã de 1888 restabeleceu o regime democrático. Na época, fiz questão de ter um exemplar do texto para entender os direitos e os deveres do cidadão, o Estado como agente de políticas públicas em prol do desenvolvimento socioeconômico e da justiça social, o fortalecimento dos partidos políticos e a participação do povo em plebiscitos, entre outras questões.

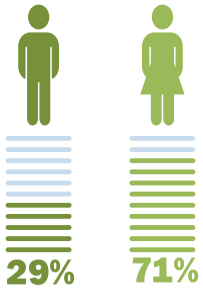
Hoje em 2022, a defesa do Estado democrático de direito voltou a ser pauta diária do brasileiro. É necessário respeitar o fundamento da Constituição de 1988 a despeito de frações da sociedade pedirem a volta dos militares e anularem as instituições. Cresci durante a Ditadura Militar. Eu tinha seis anos no dia do golpe e ainda carrego algumas lembranças.

Era de manhã quando minha mãe correu para a vendinha para estocar alimentos com medo de desabastecimento. Por aqueles dias, eu só ouvia familiares falando de Lacerda, Brizola, Jango, Jânio, Marechal Castelo Branco, em diálogos frequentes. Não sabia quem eram na ocasião, mas as conversas eram de adultos. Quando votei pela primeira vez, durante a Ditadura, sabia o que representava cada um desses nomes e o que eu queria: democracia. Foi uma eleição para vereador em 15 de novembro de 1986, e meu candidato havia sido eleito pelo antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

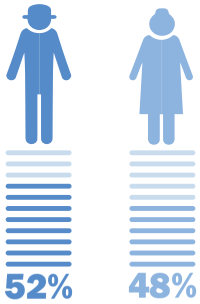
Hoje estou com 64 anos e apreensiva com os rumos entre civilização e barbárie. Basta ler o noticiário com segmentos da sociedade promovendo discursos contra as instituições. Penso quão falaciosa é a imagem do brasileiro bonzinho, sem preconceitos e amável. Estou empenhada em defender a democracia, nosso bem enquanto nação, que busca pelo desenvolvimento econômico e bem-estar social de todos.

Concurso em Números

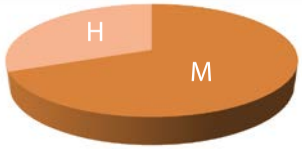
ADOLESCENTES INSCRITOS



IDOSOS INSCRITOS

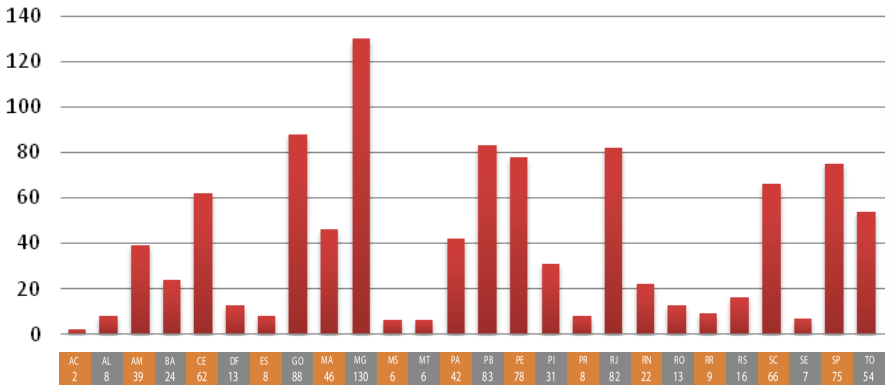


TOTAL DE INSCRITOS: 1.035



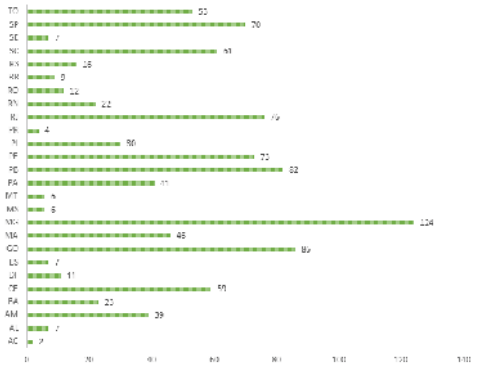
Homens: 325 Mulheres: 720

TOTAL DE INSCRITOS POR ESTADO



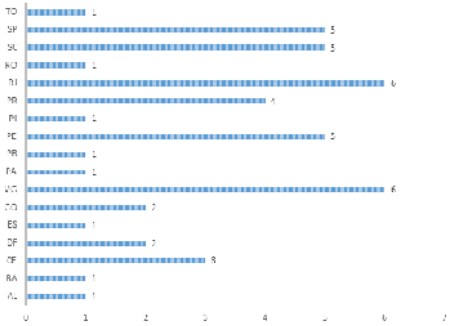
*Não informaram: 17

ADOLESCENTES POR ESTADO



*Não informaram: 15

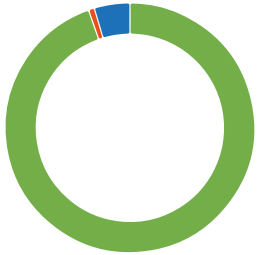
IDOSOS POR ESTADO



*Não informaram: 2

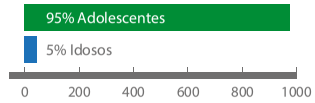
INSCRIÇÕES

- Adolescentes: 987 inscritos
- Deficiência mental ou intelectual (conforme autodeclaração) : 2
- Idosos: 48 inscritos



PERCENTUAL GERAL

- 2% mulher idosa
- 5% homem idoso
- 28% homem adolescente
- 67% mulher adolescente



Referências

CHOMSKY, Noam. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

Tribunal
Superior
Eleitoral